

Processo contra Frederico D'Avila se arrasta há quase três meses na Alesp

Parlamentar chamou o papa de 'vagabundo' e o arcebispo de 'safado', logo após o feriado de Nossa Sra. Aparecida

ANGELICA RICHTER
angelica@diarioregional.com.br

O processo de punição do deputado estadual bolsorista Frederico D'Avila (PL), que no final de 2021, em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) ofendeu o Papa Francisco, o Arcebispo de Aparecida e a CNBB se arrasta há cerca de três meses. O relatório pedindo a suspensão do mandato do deputado por quebra de decoro foi aprovado no Conselho de Ética em 21 de fevereiro, mas a votação final em plenário ainda segue parada.

A situação, além de evidenciar forte corporativismo, já que em princípio cogitava-se a cassação do mandato, também evidencia que há dois pesos e duas medidas para declarações de deputados, alguns como D'Avila, que se apegam no poder do mandato para falar, sem consequências, o que bem entendem.

No discurso na Alesp, D'Avila chamou o Papa de "vagabundo", o arcebispo de Aparecida de "vagabundo" e "safado", os

religiosos da Igreja Católica de "pedófilos safados" e disse que a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) "é um câncer".

É fato que o próprio Conselho de Ética da Alesp, no caso de Arthur do Val propôs a cassação e no de D'Avila, licença prêmio, ou seja, suspensão de três meses de mandato.

Em viagem à Ucrânia para acompanhar a guerra com a Rússia, Do Val gravou áudios dizendo que as mulheres ucranianas "são fáceis porque são pobres", com isso foi cassado, mesmo após ter renunciado ao mandato e ficou inelegível por oito anos.

Enquanto isso, aliados políticos de D'Avila usam expedientes legais, mas que podem ser considerados pouco morais, como a obstrução, mecanismo que permite justificar a ausência de deputados do plenário, que dessa forma não ficam com faltas e não sofrem descontos em seus vencimentos. Uma prática que, se levada ao pé da letra, pode ser configurada má aplicação dos fundos públicos, mas foi utilizada por 58 deputados na



Teixeira: "está configurada a quebra de decoro de D'Avila"

sessão extraordinária desta quarta-feira (25).

"Para mim está configurada a quebra do decoro. Daqui a pouco outros líderes ou representantes de outras religiões, como um pai de santo, um pastor, um rabino ou qualquer outra denominação poderá sofrer ataques como os desferidos por D'Avila sem sanções", destacou o deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT), primeiro-secretário da Alesp.

■ DIVISÃO

Enquanto a bancada do PT votou em peso pela cassação, o contraponto ficou por conta dos deputados do PSDB, cuja bancada acabou dividida entre a suspensão e a procrastinação da matéria. Do ABC, a deputada tuana e primeira-dama de São Bernardo, Carla Morando, votou pela penalidade a D'Avila e foi acompanhada pelos colegas de partido Adalberto Freitas, Analice Fernandes, Barros

Munhoz; Carão Pignatari, Marcos Zerbini e Roberto Engler.

Do ABC, Thiago Auricchio, do Podemos, ficaram em obstrução, e Paulo Nishikawa, também do PL, está licenciado. A Delegrada Graciela, do mesmo partido de D'Avila, o PL, não se omitiu e votou pela suspensão.

Em face da divisão quanto ao tema, a Casa fica paralisada. D'Avila até ensaiou *uma mea culpa* com pedido de desculpas apenas ao Papa, sem mencionar os demais ofendidos. A matéria, que está travando a pauta da Assembleia Legislativa de São Paulo será pautada novamente na próxima sessão ordinária, a ser realizada na terça-feira (31).

"Nós, parlamentares temos imunidade parlamentar sobre o que falamos, mas isso não significa liberdade sem limites, e isso se enquadra quando saímos dos campos do debate político, da discordância de ideias e se parte para o ataque sumário contra pessoas, qualificando-as por vagabundos, pedófilos e cânceres, como foi o caso", ressaltou Luiz Fernando.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

Seção: Política **Página:** 2